

Cidades Educadoras



Cultura

Meio Ambiente

Turismo

História

Saúde

Gazeta

Valeparaibana

Cone Leste Paulista



EDUCAR



Vale do Paraíba Paulista - Litoral Norte Paulista - Região Serrana da Mantiqueira - Região Bragantina - Região Alto do Tietê

CIDADES EDUCADORAS

A TRANSFORMAÇÃO DAS CIDADES INVISÍVEIS EM CIDADES EDUCADORAS

Associação Internacional de Cidades Educadoras “AICE”

As cidades representadas no Congresso Internacional das Cidades Educadoras, promovido em Barcelona em novembro de 1990, fundaram a Associação Internacional das Cidades Educadoras, com a aprovação de uma Carta de princípios.

Nessa carta, os membros associados consideram que a cidade, pequena ou grande, dispõe atualmente de inúmeras possibilidades educadoras e de elementos importantes para uma formação integral, e encorajam a aprendizagem permanente, o conhecimento de linguagens novas e ocasiões de conhecer o mundo em busca do enriquecimento individual e da partilha solidária.

O que são cidades educadoras?

A cidade educadora é uma cidade com sua própria personalidade, ainda que interdependente da do país do qual faz parte, e que não se fecha em si mesma, mantendo, ao contrário, relações com outros centros urbanos de seu território e com cidades semelhantes em outros países, com o objetivo de aprender, trocar experiências e, portanto, enriquecer a vida dos seus habitantes.

A cidade educadora é um sistema complexo em evolução constante, que dá prioridade absoluta ao investimento cultural e à formação permanente de sua população. A cidade é educadora quando reconhece, exerce e desenvolve, além de suas funções tradicionais (econômicas, sociais, políticas e de prestação de serviços), uma função educadora no sentido de assumir uma intencionalidade e uma responsabilidade em relação à formação, à promoção e ao desenvolvimento de todos os seus habitantes, a começar pelas crianças e jovens.

Objetivos:

- dialogar com as instituições internacionais e os governos e agir em colaboração com estes, na análise das questões relativas à educação estruturada ou não;
- influir sobre o processo de tomada de decisões das instituições internacionais e dos governos no que diz respeito aos problemas educativos que apresentem interesse para as Cidades Educadoras;
- promover trocas bilaterais, regionais ou temáticas entre as cidades associadas e organizar regularmente encontros internacionais entre Cidades Educadoras;
- encorajar a criação, através de congressos ou outras atividades da AICE, de quadros teóricos que permitam o aprofundamento do conceito de cidade educadora;
- participar e colaborar de modo ativo em projetos ou trocas de experiências com todos os grupos e instituições que tenham interesses comuns;
- promover iniciativas que reforçam laços entre as cidades associadas.

Centro Ibero-americano de Desenvolvimento Estratégico Urbano – CIDEU

Criado em Barcelona, em Dezembro de 1993, durante a II Reunião de Cúpula da Conferência Ibero-americana de Chefes de Estado e de Governo, o Centro Ibero-americano de Desenvolvimento Estratégico Urbano (CIDEU) CIDEU é uma associação sem fins lucrativos, de âmbito internacional, que desenvolve suas atividades nos países do espaço ibero-americano.

O CIDEU tem sede em Barcelona e congrega, atualmente, 60 cidades de 19 países ibero-americanos. Estas cidades estão convencidas de que a consolidação do seu plano de cidade, a coesão social e a modernização atrairão investimentos nacionais ou estrangeiras, o que por sua vez elevará o nível e a qualidade de vida dos cidadãos.

Objetivos:

Incentivar a organização e a implantação de Planos Estratégicos Urbanos nos países da área ibero-americana, com uma cultura e uma metodologia participativa, favorecendo o intercâmbio de experiências e as atividades de cooperação econômica e comercial entre as cidades membros.

Funcionamento:

O CIDEU é dirigido por uma Assembléia Geral e um Conselho Diretor. Ele possui membros de pleno direito (municípios ou organismos sem fins lucrativos que promovam ações de planejamento estratégico territorial e urbano, e entidades que representem interesses de especial relevância para esse planejamento), membros colaboradores e membros de honra.

O financiamento da estrutura do CIDEU é feito através das cotas das cidades membros, o que obriga as autoridades locais a rentabilizar ante os cidadãos sua presença na rede.

Atividades:

Entre suas atividades o CIDEU:

- facilita os processos de Planejamento Estratégico Urbano das cidades;
- estimula o intercâmbio de experiências;
- organiza seminários de capacitação técnica e conferências anuais;
- elabora um banco de dados de especialistas e de projetos estratégicos urbanos;
- potencializa as interconexões entre os promotores de projetos de desenvolvimento estratégico urbano e os agentes econômicos interessados.

São realizados um Congresso Anual, cursos e atividades de formação, assessorias técnicas, encontros público-privados, encontros de cidades, convênios e acordos de colaboração, e projetos especiais.

Planejamento Estratégico Urbano:

O Planejamento Estratégico Urbano pretende desenhar o futuro desejado para uma cidade, de acordo com suas possibilidades e com as oportunidades permitidas por um quadro sócio-econômico dinâmico.

O Planejamento Estratégico permite:

- clarear o futuro antecipando-se a ele;
- incentivar a participação cidadã;
- acompanhar interesses divergentes;
- priorizar decisões.

O Planejamento Estratégico Urbano estabelece um marco de referência para que todos os agentes econômicos e sociais da cidade possam acomodar suas próprias estratégias, de acordo com o cenário que se desenha para a cidade ou território.

Federação Mundial das Cidades Unidas “ FMCU “

A Federação Mundial das Cidades Unidas é uma organização internacional de corporações locais (mais de 2.000 cidades e autoridades locais) do mundo inteiro - mais de 80 países. Desde suas origens - pouco tempo depois da Segunda Guerra Mundial -, a FMCU trabalha em prol da paz, da defesa da democracia e da autonomia local, e da proteção do meio ambiente através do desenvolvimento sustentável, sempre encorajando o diálogo e a solidariedade entre os cidadãos do mundo. A FMCU facilita a cooperação direta e a troca de experiências entre coletividades locais.

A FMCU também trabalha para que a voz dos eleitos locais, homens políticos mais próximos das expectativas dos cidadãos, seja mais bem ouvida a nível internacional. Nesse sentido, a FMCU está trabalhando junto com a IULA (União Internacional das Autoridades Locais) para a criação da organização mundial unificada de poderes locais, que deve ser criada em Maio de 2001, no Rio de Janeiro, após vários anos de negociações (desde 1998).

A FMCU possui um estatuto consultivo junto ao Conselho econômico e social da ONU, da Unesco e do Conselho da Europa.

Objetivos:

- **Autonomia** - reivindicar, junto às autoridades centrais dos Estados, tanto a autonomia mais ampla possível das autoridades locais, como seu direito a implementar cooperações diretas com outras cidades ou corporações territoriais de diferentes países.
- **Democracia** - promover a implantação de poderes locais democráticos baseados na participação dos cidadãos; defender os direitos do homem e as liberdades individuais e coletivas, atuar em prol da paz mediante os intercâmbios entre os povos e a ajuda ao desenvolvimento; obter, para as cidades e suas organizações, ser reconhecidas pelas instituições internacionais, como interlocutores válidos.
- **Desenvolvimento** - contribuir para um desenvolvimento duradouro, mediante a cooperação técnica, econômica e financeira; atuar em prol do estabelecimento de novas relações econômicas internacionais mais equilibradas e solidárias.

Estruturas:

Na FMCU, o poder de decisão pertence aos poderes locais associados. Sob a autoridade do presidente, a Secretaria Geral coordena o conjunto das ações decididas e implanta os serviços destinados aos membros. Os comitês nacionais e as associações nacionais de poderes locais parceiros asseguram, em cerca de trinta países, a animação da rede de cidades membro e representam a FMCU junto às autoridades públicas de seus países.

Atividades:

- representa os poderes locais junto às organizações internacionais e junto às autoridades nacionais, por meio das associações parceiras e dos comitês nacionais da FMCU, e graças a uma colaboração ativa com diferentes organizações de poderes locais;
- coordena e anima redes de cidades em torno de programas temáticos;
- monta projetos de cooperação descentralizada e desenvolvimento das ações; - apóia associações entre cidades (cidades irmãs);
- busca financiamentos para apoiar a ação internacional dos poderes locais;

- sensibiliza, informa e forma, por meio da organização de seminários, conferências e colóquios, além da criação de grupos de reflexão temática e de redes de intercâmbio sobre o meio ambiente, a gestão urbana e os problemas sociais;
- divulga documentos de informação, principalmente publicações periódicas e o site Internet.

O **Global Cities Dialogue** é uma rede de prefeitos do mundo para um Diálogo Mundial das Cidades, cujo principal objetivo é tornar possível a criação de uma Sociedade da Informação para todos, acessível ao conjunto dos cidadãos, às comunidades e povos do mundo, sem distinção de raça, de estatuto social, de crença, de sexo ou de idade.

A participação na rede necessita de uma implicação pessoal do prefeito ou de um eleito expressamente designado, em seus trabalhos. Ela supõe igualmente uma contribuição concreta de experiências ligadas às Tecnologias da Informação a serviço dos cidadãos.

O Global Cities Dialogue foi lançado oficialmente ao longo da Conferência IST, em novembro de 1999 em Helsinki, com uma cerimônia de assinatura da Declaração de Helsinki, assinada por 45 prefeitos de cidades do mundo inteiro.

A cidade de Belo Horizonte aderiu ao movimento em cerimônia realizada em Issy-les-Moulineaux no dia 15 de março de 2000.

Objetivos:

- Desenvolver a rede de novas tecnologias da comunicação e da informação nas cidades, como forma de construir uma sociedade da informação igualitária, multiplicando as iniciativas locais junto aos habitantes e às empresas.
- Encorajar a confiança no desenvolvimento da Sociedade de Informação, no respeito às leis, às tradições, às línguas e culturas das cidades e dos países, em prol da participação democrática, da liberdade de expressão, do direito à vida privada e à implantação dos sistemas de "governo eletrônico".
- Encorajar a troca de experiências, resultados e métodos entre as cidades, a fim de facilitar os processos de aprendizagem e desenvolvimento sobre a Sociedade de Informação, tanto no plano local quanto internacional.

Cidades representantes que desempenham um papel de liderança nas principais regiões do mundo, com a responsabilidade de disseminação da filosofia de embaixadores da Global Cities Dialogue em suas regiões, com a atração de novos membros e o fortalecimento de suas metas e atividades:

- | | |
|--|-------------------------------|
| • América do Sul: | Buenos-Aires e Belo Horizonte |
| • América do Norte: | Seattle |
| • África: | Bamako |
| • Confederação de Estados Independentes (CIS): | Kiev |
| • Europa do Leste: | Hradec Kralové e Riga |
| • Ásia Central: | Vadadora |
| • Austrália / Nova Zelândia, Sudeste da Ásia e Oceania: | Estado de Victoria Melbourne |

Ainda não foram nomeadas cidades para as regiões do Sudeste da Ásia, da China Central e do Norte da África.

Cidades que se propõem a desempenhar um ativo papel na Rede, propondo temas específicos ou estratégicos, particularmente interessantes para as cidades e para a Global Citys Dialogue:

- **Bolonha:** democracia eletrônica e democracia de participação.
- **Roma:** educação e Treinamento.
- **Antuérpia**
- **Helsinki**
- **Köln**
- **New Castle**
- **Ronneby**

METRÓPOLIS - ASSOCIAÇÃO MUNDIAL DAS GRANDES METRÓPOLES CIDADES COM MAIS DE UM MILHÃO DE HABITANTES E CIDADES CAPITAIS

Apresentação:

Metrópolis é a organização representativa das regiões e áreas metropolitanas em escala mundial. Este objetivo a obriga a estar presente nas mais importantes instâncias de discussão e decisão regionais e mundiais. Sua missão é a de representar seus membros e seus interesses, transmitir suas mensagens e divulgar suas idéias e pontos de vista.

Metrópolis tem também vocação de favorecer as relações entre seus membros, empresas, o mundo universitário e a sociedade civil.

Metrópolis trabalha em estreita relação com outras associações de cidades e de administrações locais (UTO, IULA, SUMMIT, ATO, UVA, Citynet, Eurocités...) e preside WACLAC, a associação que as agrupa. Metrópolis colabora também com as Nações Unidas, especialmente através de UNCHS (Habitat). Também colabora com The World Bank, e seu programa Cities Alliance, de cujo "Consultative Group" faz parte; e com a OCDE, em seus programas sobre desenvolvimento urbano.

Através de suas secretarias regionais, Metrópolis incentiva o contato com os governos e agrupamentos econômicos e políticas regionais.

Sede: Paris - França.

Objetivos:

- 1. Representar as grandes regiões metropolitanas do mundo, colaborando com as organizações internacionais, as outras associações de cidades e a sociedade civil (empresas, universidades, ONGs);**
- 2. Facilitar o intercâmbio de conhecimentos e experiências em sua rede de membros e colaboradores, sobre os temas que interessam aos membros, utilizando as tecnologias de comunicação, garantindo o equilíbrio financeiro de suas atividades, e tendo em conta a dimensão regional;**
- 3. Melhorar o governo de Metrôpoles incentivando a descentralização com um sistema eficaz e efetivo de tomada de decisões, obtendo um financiamento diversificado, incentivando a participação e a associação de membros, e adaptando a estrutura organizativa.**

Estratégias:

1. Promover as relações internacionais
2. Dinamizar a comunicação
3. Melhorar as atividades para os membros
4. Incentivar a descentralização na organização.

Cidades-membro:

- Amman
- Harare
- Quito
- Barcelona
- Istanbul
- Rio de Janeiro
- Berlin
- Kathmandu
- Santiago de Chile
- Belo Horizonte
- Lisboa
- Seoul
- Bruxelas
- Londres
- Sydney
- Bucarest
- Manila
- Taejon
- Casablanca
- Melbourne
- Tokyo
- Dakar
- México
- Toronto city
- Douala
- Moscou
- Toronto
- Esfsahan
- Omsk
- Metropolitan
- Guadalajara
- Paris
- Túnis
- Guangzhou
- Pusan

Comissões:

Metrópoles promove o intercâmbio de experiências e conhecimentos na sua rede de membros e colaboradores através de cinco comissões de trabalho que para o período 1999-2002 tratam dos temas seguintes:

Comissão 1

- O impacto dos grandes acontecimentos desportivos e culturais no desenvolvimento das grandes cidades.

Comissão 2

- Estratégias de redução da pobreza urbana.

Comissão 3

- A melhora e manutenção da qualidade da água nas metrópoles.

Comissão 4

- A sociedade da informação e a cidade.

Comissão 5

- Os indicadores urbanos.

ORGANIZAÇÃO ÍBERO-AMERICANA DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL “OICI”

A OICI foi criada em 18 de Novembro de 1938, durante do I Congresso Pan-americano de Municípios, realizado em Havana, Cuba, que já tinha abrigado dez anos antes a VI Conferência Internacional de Estados Americanos, quando se consolidou a idéia da intermunicipalidade.

Atividades:

1. Atuar como centro de difusão, estímulo e intercâmbio de estudos, idéias, experiências, assistência técnica e tudo o mais que seja conveniente aos seus propósitos.
2. Buscar o estabelecimento de normas que facilitarão a administração municipal, especialmente no que diz respeito à atividade normal.
3. Advogar pelos interesses municipais ante os organismos internacionais, especialmente pela criação do Banco Interamericano de Municípios.
4. Promover o entendimento mútuo, cooperação e boa vizinhança entre os governos da América, Portugal e Espanha.
5. Estimular o estabelecimento de institutos nacionais e internacionais de administração municipal e de ensino das técnicas de governo e administração da dita matéria, bem como fomentar a colaboração entre os mesmos para os fins indicados.
6. Fomentar a participação e interpretação mais direta da comunidade nos assuntos da vida local, promovendo a maior democratização na organização e funcionamento das administrações locais.
7. Prestar assistência técnica em matéria municipal aos membros da organização.
8. Promover a organização de Associações Nacionais de Municípios e de Associações Técnicas na área municipal nos países membros.
9. Celebrar periodicamente congressos, conferências e seminários nacionais e internacionais sobre temas municipais.
10. Promover os mecanismos correspondentes para que todos os países latino-americanos façam parte da OICI. Sede atual: **Madri**, Espanha.

REDES TEMÁTICAS

Em sua primeira fase o Projeto URB-AL possuía oito redes temáticas de interesse mútuo. Em sua segunda fase a Rede URB-AL contará com doze unidades temáticas. As redes temáticas são agrupamentos de entidades locais da União Européia e da América Latina, mobilizadas em torno dos principais temas de políticas urbanas que correspondem, em sua maioria, às prioridades estabelecidas na reunião de Cúpula Rio-92.

Os objetivos das redes temáticas são a identificação de prioridades comuns e a articulação de mecanismos e instrumentos de ação entre as autoridades locais das duas regiões.

As redes temáticas constituem quadros de cooperação permanentes no âmbito dos quais se realizam diversas atividades, principalmente projetos comuns co-financiados pela Comissão Européia.

TEMAS DAS REDES - FASE 1

Rede 1: Droga e cidade (coordenação: Santiago, Chile)

Rede 2: A conservação dos contextos históricos urbanos (coordenação: Vicenza, Itália)

Rede 3: A democracia na cidade (coordenação: Issy-les-Moulineaux, França)

Rede 4: A cidade como promotor do desenvolvimento econômico (coordenação: Madrid, Espanha)

Rede 5: Políticas sociais urbanas (coordenação: Montevideu, Uruguai)

Rede 6: Meio Ambiente urbano (coordenação: Málaga, Espanha)

Rede 7: Gestão e controle da urbanização (coordenação: Rosário, Argentina)

Rede 8: Controle da mobilidade urbana (coordenação: Stuttgart, Alemanha).

TEMAS DAS REDES - FASE 2

Na segunda fase do Programa URB-AL as Redes se articularão, fundamentalmente, em torno de novos temas. Entre os novos temas possíveis de serem tratados no contexto das novas redes, podemos citar a título de exemplo e de forma resumida:

- A luta contra a pobreza urbana;
- A cidade e a sociedade de informação;
- As cidades intermediárias e seu papel no processo de integração regional;
- Cidades multi-étnicas e multi-culturais;
- Políticas culturais urbanas;
- A promoção das mulheres nas instâncias de decisão locais;
- O alojamento na cidade;

- O pressuposto participativo e as finanças locais;
- Aspectos legislativos da gestão urbana;
- Segurança cidadã na cidade.

Esses temas coincidem com a maioria das prioridades acordadas durante a reunião de Tuusula (reunião EU-AL, novembro de 1999), assim como também com as prioridades da política pública de cooperação comunitária acordadas durante o ano em curso e as expressadas de forma muito clara na Comunicação da Comissão ante o Conselho e o Parlamento.

A Comissão selecionará os temas que finalmente serão objeto da criação de uma rede temática.

PROJETOS COMUNS

Os projetos comuns concretizam o movimento e a dinâmica de intercâmbio desenvolvido pelas redes temáticas.

São concebidos e realizados por grupos de membros das redes e pelos seus eventuais parceiros externos, como as associações, as universidades, os centros culturais, científicos e técnicos, as empresas, as ONG etc.

Os projetos comuns reforçam a colaboração entre os intervenientes locais, contribuindo para a identificação de soluções equilibradas para problemas comuns e de modalidades de aplicação concretas.

Esta colaboração efetiva permite estabelecer relações de parceria sólidas e duradouras. Os temas dos projetos comuns estão relacionados com o tema de base da rede temática da qual provêm.

Permitem desenvolver aspectos específicos da problemática geral da rede.



EXEMPLOS DO QUE É UMA REDE

Rede nº. 3 - A Democracia na Cidade Lançada em Outubro de 1998, a Rede nº 3 do Programa Urb-al da Comissão Europeia tem como tema "A Democracia na Cidade". Coordenada pela cidade francesa de Issy-les-Moulineaux, seu objetivo é desenvolver a cooperação direta entre coletividades da América Latina e da Europa, reforçando os laços entre eleitos e cidadãos, encorajando a democracia participativa e a transparência dos processos de decisão a nível local e desenvolvendo as experiências e os projetos de democracia local.

Depois do Primeiro Encontro Internacional dos 112 membros da rede em Issy-les-Moulineaux, em fevereiro de 1999, a cidade de Belo Horizonte desejou acolher o Segundo Encontro dos dias 09 a 11 de maio de 2000, ilustrando assim a finalidade das ações da rede: a cooperação direta entre cidades das duas regiões.

UNIÃO DAS CIDADES CAPITAIS IBERO-AMERICANAS – UCCI

A União de Cidades Capitais Ibero-americanas (UCCI) se define como uma organização internacional de caráter municipal, não governamental e sem fins lucrativos.

Os principais objetivos da UCCI são:

- 1] fomentar os vínculos e favorecer as relações e intercâmbios em diferentes âmbitos das grandes cidades;**
- 2] favorecer o desenvolvimento harmônico e equilibrado das cidades, baseado na solidariedade e na cooperação entre elas.**

Além desses objetivos, a organização tem compromissos mais amplos e pretende:

- A] incentivar o municipalismo ibero-americano, dando ênfase à singularidade das Capitais e dos grandes núcleos urbanos;**
- B] apoiar e fortalecer o desenvolvimento democrático na Ibéria e América Ibérica;**
- C] promover os direitos de vizinhança, especialmente o direito ao progresso em paz e o da participação cidadã nos assuntos públicos;**
- D] Colaborar no campo das relações intermunicipais. Para isto têm sido fomentadas as relações entre as cidades e desenvolvem-se atividades e programas específicos e que constituem a referência da organização.**

Estrutura:

Integram a UCCI corporações municipais ou governos locais das cidades capitais dos países ibero-americanos, e as cidades fundadoras da organização (membros natos), bem como grandes áreas metropolitanas da Ibéria e da América Ibérica (membros associados). As cidades são representadas por suas autoridades locais. Existem na organização quatro cidades de língua portuguesa, razão pela qual existem duas línguas oficiais: espanhol e português.

Seus órgãos de governo estão descentralizados (Vice-presidências sub-regionais) e na maioria dos municípios existe um coordenador de atividades da UCCI, o que tem agilizado o intercâmbio de informações entre as cidades.

Cidades Integrantes:

- Assunção (Paraguai)
- Lisboa (Portugal)
- San Juan (Porto Rico)
- Barcelona (Espanha)
- Madrid (Espanha)
- São Salvador (Bahia)
- Brasília (Brasil)
- Manágua (Nicarágua)
- Santa Fé de Bogotá (Colômbia)

- Buenos Aires (Argentina)
- México (México)
- Santiago (Chile)
- Caracas (Venezuela)
- Montevideo (Uruguai)
- São Domingo (República Dominicana)
- Guatemala (Guatemala)
- Panamá (Panamá)
- São Paulo (Brasil)
- Havana (Cuba)
- Rio de Janeiro (Brasil)
- Sucre (Bolívia)
- La Paz (Bolívia)
- São Francisco de Quito (Equador)
- Tegucigalpa (Honduras)
- Lima (Peru)
- São José (Costa Rica)



Instâncias de Decisão

Assembleia Plenária: integrada pelos Prefeitos e Alcaldes de todas as cidades membros da organização. Reúne-se em caráter ordinário a cada dois anos. O Comitê Executivo: é composto pelos Presidentes, quatro Vice-presidentes e o Secretário Executivo.

Reúne-se habitualmente a cada seis meses, e quantas vezes considerar necessário. Tem plenas faculdades de direção, gestão e execução.

Os Comitês Setoriais: são os órgãos de trabalho, ágil e operativo, do qual podem participar todas as cidades para estudo e debate de matérias específicas. Sempre são presididos por um Prefeito ou Alcaide, que é eleito na Assembleia Plenária.

As Vice-presidências: têm a responsabilidade de planejar e organizar as atividades que se realizam em sua área geográfica.

Existem quatro vice-presidências: (América Central, México e Caribe; Cone Sul; Península Ibérica; e Zona Andina). Cada uma dela se articula através de uma Oficina Sub-regional, que está em contato com a Gerência da UCCI.

Com o objetivo de colaborar para a promoção das cidades, a solidariedade e a cooperação entre elas, a UCCI oferece às cidades membro, além de suas atividades específicas, uma série de serviços: Revista "Ciudades Ibero-americanas", publicações, Centro Ibero-americano de Informação e Arquivo Fotográfico, Encontros, Jornadas e Seminários,

Programa

1 - Ibero-americano de Formação Municipal.

2 - União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa - UCCLA

3 - A União de Cidades Capitais de Língua Portuguesa é uma associação intermunicipal sem fins lucrativos, de natureza internacional, independente do poder político. Foi criada em 28 de Junho de 1985, tendo a sua sede em Lisboa. Atualmente, o Rio de Janeiro é a capital cultural lusófona da rede, e abrigou a XVI Assembleia Geral da UCCLA, em Maio de 2000. Na ocasião, Macau foi proposta para capital cultural da lusofonia em 2001.

Objetivos

O objetivo principal da UCCLA é fomentar o entendimento e a cooperação entre os seus municípios membro, através do intercâmbio cultural, científico e tecnológico, e da criação de oportunidades econômicas, sociais e de convivência, tendo em vista o progresso e o bem-estar de seus habitantes.

A UCCLA intervém, prioritariamente, nos seguintes domínios:

- Cooperação descentralizada;
- Cooperação para o desenvolvimento promovendo igualmente;
- O desenvolvimento econômico, científico e empresarial;
- A cultura lusófona;
- A representação dos interesses políticos locais dos seus membros. Para desenvolver suas atividades, a UCCLA procura apoio na experiência de cinco Comissões Técnicas ativas nos domínios da formação, saneamento básico, urbanismo, finanças e cooperação industrial.

Membros

A UCCLA agrupa os municípios das atuais e antigas cidades capitais dos países de língua portuguesa, bem como capitais de províncias e Estados. Está igualmente aberta às cidades com uma dimensão histórica ou cultural lusófona importante e às instituições e empresas públicas e privadas interessadas na cooperação dentro do espaço lusófono.

Cidades Membro (efetivo e associados):

- Água Grande - São Tomé e Príncipe
- Lisboa - Portugal
- Belém do Pará - Brasil
- Luanda - Angola
- Belo Horizonte - Brasil
- Macau e Ilhas - Macau (Região Administrativa Especial da China)
- Bolama - Guiné-Bissau
- Maputo - Moçambique
- Brasília - Brasil
- Mindelo - Cabo Verde
- Cacheu - Guiné-Bissau
- Porto Alegre - Brasil
- Guimarães - Portugal
- Praia - Cabo Verde
- Huambo - Angola
- Rio de Janeiro - Brasil
- Ilha de Moçambique - Moçambique
- Salvador - Brasil
- Ilhas Taipa e Coloane - Macau
- Santo Antônio do Príncipe – São Tomé e Príncipe



UNIÃO DAS CIDADES CAPITAIS
DE LÍNGUA PORTUGUESA

UNIÃO INTERNACIONAL DE AUTORIDADES LOCAIS IULA

A União Internacional das Cidades e dos Poderes Locais, **IULA**, é uma associação internacional criada na Bélgica em 1913.

A **IULA** é a maior e mais antiga rede internacional de coletividades locais.

Os membros de **IULA** adotaram a Declaração Universal da Autonomia Local, em 1993, e elaboram atualmente uma Carta Mundial da Autonomia Local.



Objetivos:

A IULA é uma associação sem fins lucrativos, cujos objetivos são:

1. promover e unir, no mundo inteiro, os poderes locais democráticos e eficazes;
2. contribuir para uma melhor gestão dos poderes locais;
3. estudar os problemas ligados à existência e às atividades das entidades locais, e ao bem-estar dos cidadãos;
4. promover a idéia e a prática da participação dos cidadãos e da comunidade à vida pública;
5. encorajar a cooperação e a solidariedade intermunicipal;
6. promover e partilhar as idéias sobre a preservação, a melhoria e a durabilidade do meio ambiente.

Objetivos estratégicos:

1A. Desenvolver e manter uma organização política democrática forte, administrada a partir de um profissionalismo de alto nível, num âmbito global.

2A. Ser o defensor e a voz do governo local no mundo inteiro.

3A. Ser a fonte mundial de informações a respeito do governo local.

4A. Ser a fonte mundial do saber, das trocas e dos programas de reforço das capacidades em matéria de governo local democrático União IULA - FMCU:

Em Junho de 1998, na cidade francesa de Lille, foram abertas as negociações para a unificação da IULA com a Federação Mundial de Cidades Unidas, FMCU.

Após uma série de reuniões de trabalho promovidas pelas duas entidades, foi realizado de 2 a 6 de junho de 2001, no Rio de Janeiro, o Congresso de Unificação entre FMCU e IULA.

UMA PROPOSTA INTERNACIONAL

Adriana Küchler free-lance para a Folha de S.Paulo.

Na cidade de Rosário (Argentina), um grupo de escoteiros decidiu fazer uma campanha para que, no Natal de 1999, os pais não dessem brinquedos violentos para os filhos. Os escoteiros conversaram com os professores nas escolas. Depois, vários grupos começaram a colar cartazes nas portas das lojas de brinquedos e a fazer plantão no comércio para estimular os pais a comprar presentes mais educativos. A campanha "Jogar Pela Paz" se espalhou para o rádio, para os bilhetes de ônibus e para mais de 20 cidades da América Latina e da Europa.

As cidades que foram atingidas pela campanha iniciada em Rosário participam da Associação Internacional de Cidades Educadoras (www.edcities.bcn.es), reunião de municípios que se comprometeram a transformar locais públicos em espaços educativos para a população, sem excluir faixa etária ou classe social. A iniciativa foi lançada na Espanha, em 1990, durante o 1º Congresso Internacional de Cidades Educadoras.

No começo de abril, a capital paulista foi a 281ª cidade a assinar o termo de compromisso da associação, a chamada Carta de Barcelona. Além de São Paulo, já são oito os municípios brasileiros que podem trocar experiências com esse enfoque:

Alvorada (RS), Belo Horizonte (MG), Campo Novo do Parecis (MT), Caxias do Sul (RS), Cuiabá (MS), Pilar (PB), Piracicaba (SP) e Porto Alegre (RS).

Para ser uma cidade educadora, é preciso ter um governo eleito democraticamente e o compromisso do prefeito e da Câmara Municipal de incentivar novos projetos em educação. As experiências mais bem sucedidas são apresentadas anualmente no Congresso Internacional das Cidades Educadoras.

A diretora da Rede Latino-Americana de Cidades Educadoras, a argentina [Alicia Cabezudo](#), 54, explicou para o [Sinapse](#) um pouco mais sobre essa iniciativa.

[Sinapse](#) - O que é uma cidade educadora?

[Alicia](#) - É aquela que converte o seu espaço urbano em uma escola. Imagine uma escola sem paredes e sem teto. Nesse espaço, todos os lugares são salas de aula: rua, parque, praça, praia, rio, favela, shopping e também as escolas e as universidades. Há espaços para a educação formal, em que se aplicam conhecimentos sistematizados, e a informal, em que cabe todo tipo de conhecimento. Ela integra esses tipos de educação, ensinando todos os cidadãos, do bebê ao avô, por toda a vida.

[Sinapse](#) - Como isso funciona na prática?

[Alicia](#) - Com projetos do governo local junto com ONGs OSCIPs, universidades, igrejas ou quem queira se unir.

Alguns exemplos: A educação ambiental, onde a cidade educadora ensina os cidadãos a não jogar lixo na rua, a cuidar do meio-ambiente; O orçamento participativo também é uma estratégia da cidade educadora, onde a população participa ativamente das decisões do governo.

[Sinapse](#) - Como transformar shoppings e favelas em espaços educadores?

[Alicia](#) - Todos os lugares podem ser educadores. No shopping, dá para fazer apresentações de teatro, de música, de dança. As pessoas param de comprar por um instante e aprendem algo. A favela é vista como um espaço feio, mas nela podem ser trabalhados valores positivos, como a amizade e também a solidariedade.

O meio ambiente é o endereço do futuro para o qual haverá a maior convergência de demandas entre todas.

Sinapse - Qual é, então, a diferença entre uma cidade educadora e uma cidade que investe em educação?

Alicia - A diferença é que, participando da associação, o município entra em contato com outras cidades educadoras. Pode participar de projetos comuns, visitar uma cidade para estudar os seus programas ou convidar outro membro para explicar seus projetos. É uma rede solidária.

Sinapse - Como são desenvolvidos os projetos comuns entre vários países?

Alicia - Um exemplo é o "Minha Cidade e o Mundo", um programa em que crianças e professores de escolas de diferentes países trocam correspondência. Nós fazemos o contato entre eles. As crianças são incentivadas a discutir o que têm em comum com as de outros países e o que é diferente. Crianças de escolas públicas, que nunca tiveram contato com o exterior, discutem costumes e tradições. E, muitas vezes, alunos e professores se visitam. Já fizemos esse intercâmbio entre Turim (Itália) e Buenos Aires (Argentina).

Sinapse - Quem é o responsável por coordenar o trabalho em cada cidade educadora?

Alicia - Primeiro, o prefeito; depois, a Câmara Municipal. O prefeito nomeia um responsável, que geralmente é o secretário da Educação. Mas não precisa ser. Na cidade educadora, todos os secretários são secretários da Educação. O secretário de Planejamento deve planejar a cidade com espaços verdes, com espaços públicos para pessoas de todas as idades e com acesso para deficientes. Todos eles, sejam da Saúde ou do Desenvolvimento Social, devem se preocupar com a educação. E o secretário da Educação não se preocupa só com escolas. Deve olhar também para parques, praças e praias.

Sinapse - Qual é sua avaliação das cidades educadoras brasileiras?

Alicia - No Brasil, já existem vários programas de educação cidadã e outros de preservação do patrimônio arquitetônico, que também é uma preocupação das cidades educadoras. Agora, queremos que São Paulo se torne a coordenadora das cidades educadoras no país e convide mais participantes.



O Projeto Social "Formiguinhas do Vale" se encontra inserido neste contexto, muito embora, regionalmente. Defende o patrimônio histórico e cultural, como a maior riqueza das nações; o meio ambiente como o maior patrimônio do Mundo; a Educação como a única saída para uma sociedade mais justa, igualitária e socialmente estável.

O meio ambiente é o endereço do futuro para o qual haverá a maior convergência de demandas entre todas.

CARTA DAS CIDADES EDUCADORAS
(**VERSÃO ORIGINAL EM PORTUGUÊS DE PORTUGAL**)
Editada e adaptada à escrita praticada no Brasil
PROPOSTA DEFINITIVA, NOVEMBRO DE 2004

As cidades representadas no 1º Congresso Internacional das Cidades Educadoras, que teve lugar em Barcelona em Novembro de 1990, reuniram na Carta inicial, os princípios essenciais ao impulso educador da cidade. Elas partiam do princípio que o desenvolvimento dos seus habitantes não podia ser deixado ao acaso.

Esta Carta foi revista no III Congresso Internacional (Bolonha, 1994) e no de Gênova (2004), a fim de adaptar as suas abordagens aos novos desafios e necessidades sociais.

A presente Carta baseia-se na Declaração Universal dos Direitos do Homem (1948), no Pacto Internacional dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais (1966), na Declaração Mundial da Educação para Todos (1990), na Convenção nascida da Cimeira Mundial para a Infância (1990) e na Declaração Universal sobre Diversidade Cultural (2001).

PREÂMBULO

Hoje mais do que nunca as cidades, grandes ou pequenas, dispõem de inúmeras possibilidades educadoras, mas podem ser igualmente sujeitas as forças e inércias deseducadoras. De uma maneira ou de outra, a cidade oferece importantes elementos para uma formação integral: é um sistema complexo e ao mesmo tempo um agente educativo permanente, plural e poliédrico, capaz de contrariar os fatores deseducativos.

A cidade educadora tem personalidade própria, integrada no país onde se situa é, por consequência, interdependente da do território do qual faz parte. É igualmente uma cidade que se relaciona com o seu meio envolvente, outros centros urbanos do seu território e cidades de outros países. O seu objetivo permanente será o de aprender, trocar, partilhar e, por consequência, enriquecer a vida dos seus habitantes.

A cidade educadora deve exercer e desenvolver esta função paralelamente às suas funções tradicionais (económica, social, política de prestação de serviços), tendo em vista a formação, promoção e o desenvolvimento de todos os seus habitantes.

Deve ocupar-se prioritariamente com as crianças e jovens, mas com a vontade decidida de incorporar pessoas de todas as idades, numa formação ao longo da vida.

As razões que justificam esta função são de ordem social, económica e política, sobretudo orientadas por um projeto cultural e formativo eficaz e coexistencial. Estes são os grandes desafios do século XXI:

Primeiro: Investir na educação de cada pessoa, de maneira a que esta seja cada vez mais capaz de exprimir, afirmar e desenvolver o seu potencial humano, assim como a sua singularidade, a sua criatividade e a sua responsabilidade.

Segundo: Promover as condições de plena igualdade para que todos possam sentir-se respeitados e serem respeitadores, capazes de diálogo.

Terceiro: Conjugar todos os fatores possíveis para que se possa construir, cidade a cidade, uma verdadeira sociedade do conhecimento sem exclusões, para a qual é preciso providenciar, entre outros, o acesso fácil de toda a população às tecnologias da informação e das comunicações que permitam o seu desenvolvimento.

As cidades educadoras, com suas instituições educativas formais, suas intervenções não formais (de uma intencionalidade educadora para além da educação formal) e informais (não intencionais ou planificadas), deverão colaborar, bilateral ou multilateralmente, tornando realidade a troca de experiências. Com espírito de cooperação, apoiarão mutuamente os projetos de estudo e investimento, seja sob a forma de colaboração direta ou em colaboração com organismos internacionais.

Atualmente, a humanidade, não vive somente uma etapa de mudanças, mas uma verdadeira mudança de etapa. As pessoas devem formar-se para uma adaptação crítica e uma participação ativa face aos desafios e possibilidades que se abrem graças à globalização dos processos econômicos e sociais, a fim de poderem intervir, a partir do mundo local, na complexidade mundial, mantendo a sua autonomia face a uma informação transbordante e controlada por certos centros de poder econômico e político.

Por outro lado, as crianças e os jovens não são mais protagonistas passivos da vida social e, por consequência, da cidade. A Convenção das Nações Unidas de 20 de Novembro de 1989, que desenvolve e considera constrangedores os princípios da Declaração Universal de 1959, tornaram-os cidadãos e cidadãs de pleno direito ao outorgar-lhes direitos civis e políticos. Podem associar-se e participar em função do seu grau de maturidade.

A proteção das crianças e jovens na cidade não consiste somente no privilegiar a sua condição, é preciso cada vez mais encontrar o lugar que na realidade lhes cabe, ao lado dos adultos que possuem como cidadã a satisfação que deve presidir à coexistência entre gerações. No início do século XXI, as crianças e os adultos parecem necessitar de uma educação ao longo da vida, de uma formação sempre renovada.

A cidadania global vai-se configurando sem que exista ainda um espaço global democrático, sem que numerosos países tenham atingido uma democracia eficaz respeitadora dos seus verdadeiros padrões sociais e culturais e sem que as democracias de longa tradição possam sentir-se satisfeitas com a qualidade dos seus sistemas.

Neste contexto, as cidades de todos os países, devem agir desde a sua dimensão local, enquanto plataformas de experimentação e consolidação duma plena cidadania democrática e promover uma coexistência pacífica graças à formação em valores éticos e cívicos, o respeito pela pluralidade dos diferentes modelos possíveis de governo, estimulando mecanismos representativos e participativos de qualidade.

A diversidade é inerente às cidades atuais e prevê-se que aumentará ainda mais no futuro. Por esta razão, um dos desafios da cidade educadora é o de promover o equilíbrio e a harmonia entre identidade e diversidade, salvaguardando os contributivos das comunidades que a integram e o direito de todos aqueles que a habitam, sentindo-se reconhecidos a partir da sua identidade cultural.

Vivemos num mundo de incerteza que privilegia a procura da segurança, que se exprime muitas vezes como a negação e uma desconfiança mútua. A cidade educadora, consciente deste fato, não procura soluções unilaterais simples, aceita a contradição e propõe processos de conhecimento, diálogo e participação como o caminho adequado à coexistência na e com a incerteza.

Confirma-se o direito a uma cidade educadora, que deve ser considerado como uma extensão efetiva do direito fundamental à educação. Deve produzir-se, então uma verdadeira fusão da etapa educativa formal com a vida adulta, dos recursos e do potencial formativo da cidade com o normal desenvolvimento do sistema educativo, laboral e social.

O direito a uma cidade educadora deve ser uma garantia relevante dos princípios de igualdade entre todas as pessoas, de justiça social e de equilíbrio territorial.

Esta acentua a responsabilidade dos governos locais no sentido do desenvolvimento de todas as potencialidades educativas que a cidade contém, incorporando no seu projeto político os princípios da cidade educadora.

Esta acentua a responsabilidade dos governos locais no sentido do desenvolvimento de todas as potencialidades educativas que a cidade contém, incorporando no seu projeto político os princípios da cidade educadora.

Da mesma maneira, o município face a processos de tomada de decisões em cada um dos seus domínios de responsabilidade, deverá ter em conta o seu impacto educador e formativo.

2 – O COMPROMISSO DA CIDADE

G] A cidade deve saber encontrar, preservar e apresentar sua identidade pessoal e complexa. Esta a tornará única e será a base dum diálogo fecundo com ela mesma e com outras cidades. A valorização dos seus costumes e suas origens deve ser compatível com os modos de vida internacionais. Poderá assim oferecer uma imagem atraente sem desvirtuar o seu enquadramento natural e social.

À partida, deverá promover o conhecimento, a aprendizagem e a utilização das línguas presentes na cidade enquanto elemento integrador e fator de coesão entre as pessoas.

H] A transformação e o crescimento duma cidade devem ser presididos por uma harmonia entre as novas necessidades e a perpetuação de construções e símbolos que constituam referências claras ao seu passado e à sua existência. O planeamento urbano deverá ter em conta as fortes repercussões do ambiente urbano no desenvolvimento de todos os indivíduos, na integração das suas aspirações pessoais e sociais e deverá agir contra toda a segregação das gerações e pessoas de diferentes culturas, que têm muito a aprender umas com as outras. O ordenamento do espaço físico urbano deverá estar atento às necessidades de acessibilidade, encontro, relação, jogo e lazer e de uma maior aproximação com o meio ambiente. A cidade educadora deverá conceder um cuidado especial às necessidades das pessoas com dependência no planeamento urbanístico de equipamentos e serviços, a fim de lhes garantir um enquadramento amável e respeitador das limitações que podem apresentar sem que tenham que renunciar à maior autonomia possível.

I] A cidade educadora deverá fomentar a participação cidadã com uma perspectiva crítica e co-responsável. Para este efeito, o governo local deverá oferecer a informação necessária e promover, na transversalidade, as orientações e as atividades de formação em valores éticos e cívicos. Deverá estimular, ao mesmo, a participação cidadã no projeto coletivo a partir das instituições e organizações civis e sociais, tendo em conta as iniciativas privadas e outros modos de participação espontânea.

J] O governo municipal deverá dotar a cidade de espaços, equipamentos e serviços públicos adequados ao desenvolvimento pessoal, social, moral e cultural de todos os seu habitantes, prestando uma atenção especial à infância e à juventude.

K] A cidade deverá garantir a qualidade de vida de todos os seus habitantes. Significa isto, um equilíbrio com o ambiente natural, o direito a um ambiente sadio, além do direito ao alojamento, ao trabalho, aos lazeres e aos transportes públicos, entre outros.

Deverá promover ativamente a educação para a saúde e a participação de todos os seus habitantes nas boas práticas de desenvolvimento sustentável.

L] O projeto educador explícito e implícito na estrutura e no governo da cidade, os valores que esta encoraja, a qualidade de vida que oferece, as manifestações que organiza, as campanhas e os projetos de todos os tipos que prepara, deverão ser objeto de reflexão e de participação, graças à utilização dos instrumentos necessários que permitam ajudar os indivíduos a crescer pessoal e coletivamente.



3 – AO SERVIÇO INTEGRAL DAS PESSOAS

M] O município deverá avaliar o impacto das ofertas culturais, recreativas, informativas, publicitárias ou de outro tipo e as realidades que as crianças e jovens recebem sem qualquer intermediário. Neste caso, deverá empreender, sem dirigirmos ações com uma explicação ou uma interpretação razoáveis. Vigiará a que se estabeleça um equilíbrio entre a necessidade de proteção e a autonomia necessária à descoberta. Oferecerá, igualmente espaços de formação e de debate, incluindo os intercâmbios entre cidades, para que todos os seus habitantes possam assumir plenamente as inovações que aquelas geram.

N] A cidade deverá procurar que todas as famílias recebam uma formação que lhes permitirá ajudar os seus filhos a crescer e a apreender a cidade, num espírito de respeito mútuo. Neste mesmo sentido, deverá promover projetos de formação destinados aos educadores em geral e aos indivíduos (particular ou pessoal pertencente aos serviços públicos) que intervêm na cidade, sem estarem conscientes das funções educadoras. Atenderá igualmente para que os corpos de segurança e proteção civil que dependem diretamente do município, ajam em conformidade com estes projetos.

O] A cidade deverá oferecer aos seus habitantes a possibilidade de ocuparem um lugar na sociedade, dar-lhes-á os conselhos necessários à sua orientação pessoal e profissional e tornará possível a sua participação em atividades sociais. No domínio específico das relações escola-trabalho, é preciso assinalar a relação estreita que se deverá estabelecer entre o planeamento educativo e as necessidades do mercado de trabalho.

Para este efeito, as cidades deverão definir estratégias de formação que tenham em conta a procura social e colaborar com as organizações sindicais e empresas na criação de postos de trabalho e de actividades formativas de carácter formal e não formal, sempre ao longo da vida.

P] As cidades deverão estar conscientes dos mecanismos de exclusão e marginalização que as afetam e as modalidades que eles apresentam assim como desenvolver as políticas de ação afirmativa necessárias. Deverão, em particular, ocupar-se dos recém-chegados, imigrantes ou refugiados, que têm o direito de sentir com toda a liberdade, que a cidade lhes pertence. Deverão consagrar todos os seus esforços no encorajar a coesão social entre os bairros e os seus habitantes, de todas as condições.

Q] As intervenções destinadas a resolver desigualdades podem adquirir formas múltiplas, mas deverão partir duma visão global da pessoa, dum parâmetro configurado pelos interesses de cada uma destas e pelo conjunto de direitos que a todos assistem. Toda a intervenção significativa deve garantir a coordenação entre as administrações envolvidas e seus serviços. É preciso, igualmente, encorajar a colaboração das administrações com a sociedade civil livre e democraticamente organizada em instituições do chamado sector terciário, organizações não governamentais e associações análogas.

R] A cidade deverá estimular o associativismo enquanto modo de participação e co-responsabilidade cívica com o objetivo de analisar as intervenções para o serviço da comunidade e de obter e difundir a informação, os materiais e as idéias, permitindo o desenvolvimento social, moral e cultural das pessoas. Por seu lado, deverá contribuir na formação para a participação nos processos de tomada de decisões, de planeamento e gestão que exige a vida associativa.

S] O município deverá garantir uma informação suficiente e compreensível e encorajar os seus habitantes a informarem-se. Atenta ao valor que significa, compreender e tratar a grande quantidade de informação atualmente disponível, a cidade educadora deverá oferecer os recursos que estarão ao alcance de todos. O município deverá identificar os grupos que necessitam de uma ajuda personalizada e colocar à sua disposição pontos de informação, orientação e acompanhamento especializados.

Ao mesmo tempo, deverá prever programas formativos nas tecnologias de informação e comunicação dirigidas a todas as idades e grupos sociais a fim de combater as novas formas de exclusão.

TJ A cidade educadora deverá oferecer a todos os seus habitantes, enquanto objetivo cada vez mais necessário à comunidade, uma formação sobre os valores e as práticas da cidadania democrática: o respeito, a tolerância, a participação, a responsabilidade e o interesse pela coisa pública, seus programas, seus bens e serviços.

